

AGRICULTURA EM SÃO PAULO
Boletim Técnico do Instituto de Economia Agrícola

Ano 37

Tomo 1

1990

CRÉDITO RURAL DE INVESTIMENTO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1979-89⁽¹⁾

Valquíria da Silva⁽²⁾
José Luiz T. Marques Vieira⁽²⁾
Elcio Umberto Gatti⁽²⁾

RESUMO

O crédito rural foi o principal instrumento de política agrícola no Brasil para promover a modernização da agricultura. O objetivo do presente trabalho foi o de analisar o desempenho do crédito na finalidade de investimento, tendo em vista as alterações na condução da política econômica do País, no período 1979-89.

Os resultados apontaram que a restrição de recursos públicos imposta a partir de fins dos anos 70, afetou de modo mais acentuado os financiamentos para investimento (-74% no período) e, dentro dessa finalidade, a atividade pecuária. Este comportamento resultou do mero ajuste deste instrumento às restrições da política econômica, ao invés de se repensar a atuação da política agrícola como um todo, frente à nova realidade econômico-financeira do País.

Palavras-Chave: crédito rural de investimento; política agrícola.

INVESTMENT RURAL CREDIT: AND ANALYSIS IN THE 1979-89 PERIOD

SUMMARY

Agricultural credit was the main policy instrument in Brasil in order to promote the modernization of agriculture. The aim of this paper was to study the performance of the rural credit for investment with regard to changes public economic policy, in the 1979-89 period.

The results indicated that the public deficit resources restriction imposed since the end of the 70's affected mainly this kind of credit (-74% in the period), particularly in the livestock activity. This behaviour resulted from adjustment of the investment rural credit to the economic policy, instead of redesigning the agricultural policy as a whole.

Key-words: investment rural credit; agricultural policy.

⁽¹⁾ Trabalho referente ao projeto SPTC 16-044/89. Recebido em 08/12/89. Liberado para publicação em 12/02/90.

⁽²⁾ Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

⁽³⁾ Os autores agradecem os comentários e sugestões dos Pesquisadores Científicos Alberto Veiga e Maria A. de Carvalho.
Agricultura em São Paulo, SP, 37(1):49-64, 1990.

1 - INTRODUÇÃO

Dentre os principais objetivos buscados em qualquer economia destaca-se a promoção do crescimento econômico que, notadamente nos países desenvolvidos, é sustentado, principalmente, pelo desenvolvimento tecnológico, ao lado do aporte de capital. Esta incorporação de inovações ao processo produtivo, de modo geral, envolve grandes investimentos, os quais, quer pelo volume de recursos, quer pelo risco inerente à atividade econômica, são viabilizados por políticas de incentivos aos setores envolvidos e, via de regra, passam pelo financiamento dos gastos previstos.

Especificamente para o setor agrícola, o grau de incerteza associado à obtenção da renda adquire substancial importância na determinação do nível dos investimentos a serem realizados. Além da incerteza de preços por ocasião da comercialização da safra, durante o processo de produção podem ocorrer eventos sobre os quais o produtor rural têm apenas algum (pragas e doenças) ou nenhum controle (clima), que afetarão a quantidade física esperada e conseqüentemente a formação da renda agrícola. Na agricultura brasileira há que se considerar, ainda, o grau de intervenção governamental a que o setor está exposto, visando atender, principalmente, os objetivos de controle inflacionário e de obtenção do superávit na balança comercial. Essa atuação tem se constituído em mais uma fonte de incerteza e de comprometimento da capacidade de auto-financiamento e de pagamento do setor.

Em tal situação, o crédito rural tornou-se o principal agente viabilizador das transformações desejadas no processo de produção agrícola (modernização). A execução da política creditícia se deu pela expansão do volume de recursos aplicados, a partir de meados dos anos 60, que, associado às taxas de juros subsidiadas, estimulou a mecanização e o emprego de fertilizantes, sementes melhoradas e pesticidas, resultando no padrão tecnológico que hoje se observa.

Além do papel modernizador, o financiamento da agricultura, ao criar e sustentar uma demanda por bens e serviços produzidos fora do estabelecimento, contribuiu para a instalação e desenvolvimento do parque industrial

brasileiro. Isto porque, dentro do quadro econômico vigente no País nos anos 60, as indústrias voltadas para o setor rural enfrentavam crise e a política agrícola como um componente da macroeconômica, se constituiu num dos instrumentos empregados para sua solução (7).

Dada esta subordinação do crédito rural às diretrizes da política macroeconômica, esse padrão de comportamento do financiamento agrícola permanece até meados dos anos 70. Assim é que, em fins dos anos 70, devido à necessidade de adoção de medidas de ajuste para conter o processo inflacionário, o crédito rural é redirecionado e passa a privilegiar as operações de curto prazo (custeio e comercialização), em detrimento das de longo prazo (investimento).

Dessa forma, dada a importância assumida pelo crédito rural para o investimento na agricultura e a reorientação da sua condução na presente década, a qual provavelmente se refletiu no processo de adoção tecnológica do setor, estabeleceu-se como objetivo do presente estudo a análise da evolução deste instrumento de política para a finalidade de investimento, no período 1979-89. Para atender a esse objetivo o trabalho constituir-se-á de tópicos de análise, nos quais serão tratados a evolução das políticas econômica, monetária e creditícia e suas relações com o financiamento rural e o comportamento da política de crédito agrícola, especificamente com relação à evolução dos recursos concedidos e à alocação dentro da finalidade de investimento no Estado de São Paulo. A escolha deste Estado na análise da alocação de recursos de investimento nas modalidades agrícola e pecuária deve-se, principalmente, ao seu caráter pioneiro no processo de modernização, bem como ao seu desenvolvimento mais intenso em relação a outras regiões do País.

2 - MATERIAL E MÉTODO

Os dados básicos utilizados no presente estudo referem-se às informações estatísticas de crédito rural concedido pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), coligidas e publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através de seus anuários (1 e 5).

Os valores correntes dos financiamentos

concedidos a produtores e cooperativas de acordo com a atividade (agrícola, pecuária) e finalidade (custeio, investimento, comercialização), no período 1979-88, foram atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo por base o mês de julho de 1989 (4).

Especificamente, os dados referentes ao crédito destinado a investimento nas atividades agrícola e pecuária, no Estado de São Paulo, mereceram tratamento mais detalhado, tendo em vista a maior especificação da sua finalidade, segundo o critério de maior importância relativa dos agrupamentos no total de volume aplicado. Nesse sentido, na atividade agrícola consideram-se as finalidades do crédito de investimento para "formação de culturas perenes" (café, cana, laranja e outras); "melhoramento das explorações agrícolas" (adubação e correção intensiva do solo, eletrificação rural, irrigação, obras de proteção ao solo e outras); "aquisição de máquinas, aparelhos e implementos agrícolas" (tratores, máquinas e implementos, colheitadeiras automotrizes e outras); "aquisição de veículos utilitários"; "aquisição de animais de serviço"; e "outras demais aplicações". Na atividade pecuária, consideraram-se as seguintes finalidades: "aquisição de animais" (bovinos para produção de leite e carne, e outras); "melhoramento das explorações pecuárias" (adubação e correção intensiva do solo, eletrificação rural, irrigação, obras de proteção ao solo e outras); "aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos" (máquinas e instrumentos, implementos, tratores e outras); "aquisição de veículos utilitários"; "aquisição de animais de serviços"; e "outras demais aplicações".

Considerando-se que a restrição de recursos, assim como a capacidade de autofinanciamento, reflete-se no mercado de bens produzidos fora do setor, adicionalmente, foram empregados indicadores referentes à evolução da produção e venda de tratores, publicados pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), bem como os Índices de Paridade para o setor agrícola (relação entre preços recebidos e pagos pelo agricultor no Estado de São Paulo), calculados pelo Instituto de Economia Agrícola (12) e atualizados de acordo *Agricultura em São Paulo*, SP, 37(1):49-64, 1990.

com as recomendações de MARQUES & PELLEGRI (6).

As informações que permitiram o entendimento do panorama econômico mais geral, bem como o desenvolvimento das políticas monetária e creditícia e seus reflexos sobre o setor agrícola, foram obtidas nos relatórios anuais do BACEN (11), Prognósticos São Paulo (9 e 10) e Manual de Crédito Rural (3).

3 - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CREDITÍCIA E A FINALIDADE DE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA

Historicamente, a principal fonte de recursos para o crédito rural tem sido o Tesouro Nacional e, portanto, todo o subsídio transferido ao setor através desse instrumento era assumido diretamente pela União. Esse fato é relevante para explicar a mudança de comportamento observada no financiamento agrícola, notadamente com relação à dotação de recursos, nos últimos dez anos.

Em meados dos anos 70 tem início, no Brasil, um ciclo de desaceleração do crescimento econômico, sucedendo à fase de "boom" de crescimento que a economia experimentou no período 1968-73, que entre outros resultados, integrou a economia brasileira à mundial. Assim, em função das políticas adotadas nesse período ocorreu um superaquecimento da demanda por bens de consumo, que resultou em crescimento da taxa de inflação e pressão sobre o déficit comercial com conseqüente desequilíbrio externo, agravado pelo choque internacional do petróleo (8). Esse quadro se agrava ao longo da década de 80 com o crescimento da dívida pública (interna e externa) e a elevação dos encargos financeiros devidos ao exterior. Como conseqüência, acelerou-se ainda mais a taxa de inflação brasileira que ainda hoje se constitui em desafio para os formuladores da política econômica, de tal forma que, o sucesso dos planos econômicos é medido por se conseguir evitar a hiperinflação.

Em função desta situação, a agricultura deverá desempenhar, mais do que nunca, importantes funções dentro da política antiinflacionária e de redução do déficit comercial, que se inicia por volta de 1977 e ainda hoje prevalece.

ce: aumentar a oferta de alimentos e o volume das exportações.

Em 1979, em continuidade à política de controle da inflação e melhoria das contas externas, a agricultura é definida como prioridade e, para atender às funções de curto prazo que lhe foram impostas, tem assegurado o capital de giro necessário à expansão da oferta global do setor, em detrimento dos investimentos, o que se constitui num marco no que diz respeito ao direcionamento do crédito rural. Dessa forma, enquanto as operações de custeio têm no orçamento monetário recursos "ilimitados", para as de investimento são criadas medidas para reduzir a demanda por recursos, baseadas, principalmente, na continuidade da elevação das taxas de juros, que agora passam a ser diferenciadas e maiores que para as demais finalidades. Pode-se afirmar, portanto, que a redução do subsídio à agricultura, intensificada a partir de 1980 com a indexação dos empréstimos à correção monetária para o crédito rural, teve início dentro da finalidade de investimento.

Em 1981, é pela primeira vez claramente explicitada nas diretrizes da política econômica, a meta de redução do déficit público através de cortes no volume de subsídios diretos e indiretos; com a Resolução nº 671, de dezembro de 1980, do BACEN, as taxas de juros do crédito rural se elevam e são uniformizadas para todas as categorias de produtores e finalidades de financiamentos. É notável a redução no volume de recursos e, novamente, para arrefecer a demanda por crédito oficial ficam excluídos, das taxas de juros subsidiadas, os empréstimos de investimentos para aquisição de máquinas, tratores e equipamentos, veículos, bovinos, florestamento e/ou reflorestamento que, anteriormente, já vinham sendo contidos.

Destaca-se ainda, naquele ano, a estratégia da União para deixar de se caracterizar como o principal agente financiador do crédito, através do aumento da exigibilidade dos bancos comerciais de 15% para 25% dos depósitos à vista para aplicação na carteira agrícola. Como resultado, em 1982, o Banco do Brasil tem sua participação no volume total dos recursos aplicados em crédito rural reduzida, com os bancos comerciais atingindo o percentual de 27,8%. Outro fato marcante em 1982, é a dispensa de apresentação de projetos para a obtenção de crédito.

Agricultura em São Paulo, SP, 37(1):49-64, 1990.

to, o que desobrigou o produtor de aplicar 15% de seus orçamentos em insumos modernos, permitindo-lhe usar de sua racionalidade frente à restrição de recursos baratos (crédito subsidiado).

A política monetária restritiva prosseguiu até 1984 quando, para uma inflação de 223,8% a.a., os meios de pagamento se expandiram 155,8% e o crédito rural cresceu 96% – o menor volume de recursos da década de 80, em termos reais – além de atingir o menor percentual em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (2,3%) (quadro 1). A participação do Banco do Brasil no volume total de recursos nesse ano é de 52,6%.

Em 1985, a política monetária, ao contrário dos demais anos, passa a ser menos restritiva e o crédito rural apresenta um crescimento maior que a inflação (364% e 235%, respectivamente), com o volume de recursos atingindo 2,9% do PIB. No entanto, permanece a restrição de aplicação na finalidade de investimento, cuja demanda sofreu arrefecimento em função da sistemática de pós-fixação dos encargos financeiros para o crédito rural (iniciada em 1983), o que, para montantes e prazos maiores, se constitui em sério risco de endividamento.

O denominado "choque agrícola" que comprometeu gravemente a safra 1985/86 (um dos responsáveis pela aceleração inflacionária, que em fevereiro de 1986 atingiu a taxa de 22,4%, resultando no lançamento do Plano Cruzado), fortaleceu a ênfase da prioridade agrícola na política econômica. Assim, no Plano de Metas da Nova República são redefinidas as funções que a agricultura, enquanto setor produtivo deverá desempenhar dentro da política econômica de combate à inflação e crescimento econômico e, assim, o crédito rural assume importância enquanto instrumento de ação setorial para viabilizar as metas estabelecidas e fortalecer o setor a longo prazo.

No âmbito do atendimento ao setor agrícola, readquirem importância os empréstimos para investimento de modo geral, sem discriminar a aplicação dos recursos entre finalidades, conforme vigorava desde 1981, principalmente, em função da grande deterioração do maquinário em uso no setor.

O conjunto de medidas específicas para o crédito visou a garantia de recursos, cuja ex-

QUADRO 1. - Valores Correntes e Constantes dos Financiamentos Agropecuários Concedidos a Produtores e Cooperativas, por Finalidade, Brasil, 1979-88

| Ano | Valor corrente | | | | Valor constante ⁽¹⁾ | | | | | | | |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | Custeio (NCz\$1.000) | Invest. (NCz\$1.000) | Comerc. (NCz\$1.000) | Total (NCz\$1.000) | Custeio (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Invest. (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Comerc. (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Total (NCz\$1.000) | Var. anual (%) |
| 1979 | 225,69 | 112,10 | 110,93 | 448,73 | 26.410.254,90 | - | 13.118.284,21 | - | 12.981.103,87 | - | 52.509.642,98 | - |
| 1980 | 486,16 | 161,17 | 211,86 | 859,19 | 28.444.576,21 | 7,7 | 9.430.005,45 | -28,1 | 12.395.998,67 | -4,5 | 50.270.580,33 | -4,3 |
| 1981 | 917,29 | 241,76 | 405,04 | 1.564,09 | 25.563.409,98 | -10,1 | 6.737.376,17 | -28,6 | 11.287.910,60 | -8,9 | 43.588.696,75 | -13,3 |
| 1982 | 1.904,22 | 388,24 | 667,82 | 2.960,27 | 27.142.935,15 | 6,2 | 5.534.032,34 | -17,9 | 9.519.117,08 | -15,7 | 42.196.084,71 | -3,2 |
| 1983 | 3.536,59 | 949,63 | 1.201,57 | 5.687,79 | 19.805.685,74 | -27,0 | 5.318.113,32 | -3,9 | 6.729.027,87 | -29,3 | 31.852.826,87 | -24,5 |
| 1984 | 7.851,34 | 1.370,89 | 1.916,44 | 11.138,67 | 13.720.169,79 | -30,7 | 2.395.622,83 | -55,0 | 3.348.968,58 | -50,2 | 19.464.761,19 | -38,9 |
| 1985 | 36.764,75 | 6.701,20 | 8.239,26 | 51.705,20 | 19.728.908,46 | 43,8 | 3.596.034,34 | 50,1 | 4.421.397,99 | 32,0 | 27.746.340,93 | 42,5 |
| 1986 | 104.489,80 | 59.855,70 | 22.434,59 | 186.780,09 | 23.145.639,67 | 17,3 | 13.258.695,88 | 268,7 | 4.699.508,00 | 6,3 | 41.373.843,55 | 49,1 |
| 1987 | 335.944,48 | 81.772,17 | 60.962,28 | 478.278,93 | 22.882.690,58 | -1,1 | 5.576.510,58 | -57,9 | 4.157.365,57 | -11,5 | 32.616.566,73 | -21,2 |
| 1988 ⁽²⁾ | 1.747.753,00 | 393.386,00 | 412.215,00 | 2.553.354,00 | 15.190.595,20 | -33,6 | 3.419.114,42 | -38,7 | 3.582.766,67 | -13,8 | 22.192.476,29 | -32,0 |

(1) Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

(2) Dados preliminares.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir de dados do Banco Central do Brasil (5).

pansão adviria da exigibilidade bancária (queda da inflação acarretaria aumento dos depósitos à vista), do orçamento da União, além da criação de duas novas fontes, quais sejam, a Caderneta de Poupança Rural e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário. Este conjunto de fatores do lado da oferta foi reforçado pela expansão da demanda por crédito decorrente da supressão de correção monetária sobre os empréstimos durante o Plano Cruzado, o que reduziu significativamente o custo real dos financiamentos, quando a taxa mensal de inflação passa a assumir valores positivos e crescentes.

O resultado é o crescimento real do volume de recursos (cerca de 50%) com melhor distribuição entre as finalidades, alcançando a maior participação da década em relação ao PIB (3,5%) e, ainda, que o volume total de recursos não tenha atingido o nível de 1979, a finalidade de investimento supera levemente o nível real daquele ano, o que indica clara prioridade (quadro 1).

O controle inflacionário levado a efeito no primeiro semestre de 1986, aliado à baixa taxa de juros para o crédito rural (10% a.a.) acarretou forte expansão da demanda, que, a despeito do crescimento do volume aplicado, provavelmente esteve aquém do desejado.

Confirmando a tendência verificada no segundo semestre de 1986, a inflação foge ao controle das autoridades econômicas e, novamente, a partir de 1987, a política monetária e creditícia volta a ser restritiva, com elevação real das taxas de juros e redução da oferta de crédito, de tal forma que, para uma inflação de 374% a.a., o crédito rural cresce apenas 156%. Este decréscimo só não foi maior, porque a Caderneta de Poupança Rural entrou em operação e compensou as perdas decorrentes da queda nos depósitos à vista, ainda que tenham crescido os percentuais de exigibilidade bancária. Assim, a União retoma a posição de maior agente financiador da agricultura.

Finalmente, a situação atual é de escassez de recursos sem precedentes, uma vez que aqueles advindos de fonte orçamentária sofreram drásticos cortes, e os originários da Caderneta de Poupança e do setor privado encontram-se comprometidos pelos sucessivos perdões do endividamento rural e pela defasagem entre as taxas do crédito (12% a.a. mais a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC) e das demais operações financeiras do mercado.

Agricultura em São Paulo, SP, 37(1):49-64, 1990.

ção pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC) e das demais operações financeiras do mercado.

4 - EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO CRÉDITO

4.1 - Dotação de Recursos e Investimento Agropecuário

A distribuição dos recursos aplicados no crédito rural institucional entre as diversas finalidades não reflete a demanda gerada pelo setor, visto tratar-se apenas do montante aplicado pela carteira agrícola, cuja oferta de recursos é limitada. E, ainda que se considere o papel relevante assumido pela política de crédito rural do Brasil na produção agrícola, ganha particular importância, em situação de restrição de recursos, o desempenho econômico da atividade agropecuária, no sentido de tentar suprir as deficiências das fontes oficiais de financiamento.

Na década de 80, houve uma substancial retração no volume de recursos concedidos a produtores e cooperativas pelo SNCR, com sucessivos decréscimos anuais, à exceção de 1985 e 1986 (quadro 1). Como resultado, tem-se que o montante real de recursos do crédito rural em 1988 representou apenas 42% do aplicado em 1979. Observe-se que o volume real de crédito de comercialização manteve-se, desde 1984, em níveis muito próximos ano a ano, representando cerca de 1/4 do valor de 1979. O crédito para as demais finalidades apresentou flutuações no período recente, recuperando em 1986 os níveis reais de 1979, caindo em 1988 para 26% na finalidade de investimento e para 57% na de custeio, em relação aquele primeiro ano.

Note-se que, em 1986, embora o nível de recursos tenha atingido, em termos reais, o pico da década, à exceção da finalidade de investimento, as demais, bem como o valor total, não recuperaram o nível de 1979. Assim, o volume total representou, nesse ano, 79%, enquanto que o custeio e comercialização representaram 81% e 36%, respectivamente, em relação ao primeiro ano do período analisado. Quanto ao investimento ao contrário do ocorrido nos demais anos da década seu montante recupera o nível de 1979.

É claro que uma análise mais acurada das alterações da oferta real de crédito exigiria o balizamento das conclusões sobre essa evolução com as mudanças na composição do produto agrícola, alterações na necessidade de aquisição de insumos fora do setor, etc.

Os dados para o Estado de São Paulo apresentam praticamente o mesmo comportamento observado para o Brasil, ainda que com diferentes intensidades para as diversas finalidades (quadro 2).

Além da oferta de crédito, a variável talvez mais importante para explicar o comportamento do investimento é a renda líquida auferida pela agricultura. Nesse sentido, utilizou-se o Índice de Paridade da agricultura (descrito no item 2), como um indicador da capacidade de autofinanciamento (poder de compra) do setor.

A análise do Índice de Paridade de preços para a agricultura no Estado de São Paulo mostrou a ocorrência de flutuações ao longo da década de 80. Tomando-se novamente 1979 por base, observa-se um decréscimo até 1982, crescimento de 1983 a 1986, decréscimo em 1987, e novo crescimento até 1989 (média de janeiro a maio) (quadro 3).

A acentuada queda no Índice de Paridade, de 1986 para 1987, está relacionada principalmente, ao expressivo crescimento da oferta agrícola (15%), enquanto a do setor industrial manteve-se praticamente constante (1%). Conseqüentemente, houve uma pressão no sentido de menor crescimento dos preços agrícolas em relação aos demais preços da economia, como observado no Relatório Anual do BACEN de 1988(11).

Ainda que os Índices de Paridade aqui empregados se refiram ao Estado de São Paulo e não ao Brasil, por incorporarem em seu cálculo praticamente os mesmos principais produtos da agricultura brasileira (19 produtos), considerou-se o seu comportamento como indicador das alterações do poder de compra do setor agrícola no Brasil.

Para se analisar a demanda por bens de investimento, foram considerados os dados de vendas de tratores no Brasil como indicador e sua relação com a evolução da política de crédito rural.

Nesse sentido, é possível que a exclusão de máquinas, tratores e equipamentos do *finan- Agricultura em São Paulo*, SP, 37(1):49-64, 1990.

ciamento à taxa do crédito rural, a partir de 1981, teve como reflexo imediato a redução nas vendas internas de tratores até o ano de 1983 (menor volume comercializado no período de análise), período em que o Índice de Paridade, também esteve em queda. Embora essa restrição creditícia se mantenha até 1985, a partir de 1984 o mercado interno de tratores começa a reagir, atingindo o pico de comercialização em 1986. Esse comportamento possivelmente seja explicado pela reação dos Índices de Paridade, que voltam a crescer a partir de 1983 (maior índice é atingido em 1986), neutralizando parcialmente os efeitos da escassez de recursos de crédito (quadros 3 e 6).

Finalmente, a partir de 1987 agrava-se, novamente, a situação de escassez dos recursos para crédito rural, ao mesmo tempo em que o Índice de Paridade cai de modo acentuado, conforme apontado anteriormente e, como resultado, as vendas de tratores no mercado interno também voltam a cair, atingindo em 1988 patamar semelhante aos do período de crise (1981-83).

4.2 - Alocação de Recursos entre as Modalidades de Investimento Agrícola e Pecuário

A análise do comportamento dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no Estado de São Paulo, no período 1979-87 mostrou decréscimo de cerca de 75% no volume total de recursos para crédito de investimento, em termos reais. Considerando-se as atividades agrícola e pecuária, observa-se que, além da dotação para investimento agrícola ser sempre significativamente maior, apresentou menor queda no período analisado (decréscimo de 70% para a agricultura e de 80% para a pecuária) (quadros 4 e 5).

Especificamente, quanto ao crédito de investimento agrícola, a modalidade que sofreu menor retração na dotação de recursos, no período, foi "melhoramento das explorações agrícolas" (-55%, em termos reais), seguida de "formação de culturas perenes" (-60%) e "máquinas, aparelhos e equipamentos" (-80%), dentre os principais agrupamentos considerados.

Em relação à atividade pecuária, de 1979 para 1987, a retração entre os agrupamentos é

QUÁDRO 2. - Valores Correntes e Constantes dos Financiamentos Agropecuários Concedidos a Produtores e Cooperativas, por Finalidade, Estado de São Paulo, 1979-88

Agricultura em São Paulo, SP, 37(1):49-64, 1990.

-56-

| Ano | Valor corrente | | | | Valor constante ⁽¹⁾ | | | | | | | |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | Custeio (NCz\$1.000) | Invest. (NCz\$1.000) | Comerc. (NCz\$1.000) | Total (NCz\$1.000) | Custeio (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Invest. (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Comerc. (NCz\$1.000) | Var. anual (%) | Total (NCz\$1.000) | Var. anual (%) |
| 1979 | 46,42 | 16,71 | 36,74 | 99,87 | 5.431.927,08 | - | 1.955.290,79 | - | 4.298.854,71 | - | 11.686.071,41 | - |
| 1980 | 100,77 | 23,71 | 53,93 | 178,41 | 5.896.189,43 | 8,5 | 1.387.336,93 | -29,0 | 3.155.303,37 | -26,6 | 10.438.829,15 | -10,7 |
| 1981 | 186,13 | 37,18 | 76,38 | 299,69 | 5.187.154,40 | -12,0 | 1.036.146,70 | -25,3 | 2.128.561,67 | -32,5 | 8.351.862,77 | -20,0 |
| 1982 | 432,90 | 55,30 | 152,48 | 640,68 | 6.170.546,78 | 19,0 | 788.302,43 | -23,9 | 2.173.419,17 | 2,1 | 9.132.268,39 | 9,3 |
| 1983 | 765,79 | 104,12 | 300,87 | 1.170,77 | 4.288.561,59 | -30,5 | 583.095,05 | -26,0 | 1.684.927,99 | -22,5 | 6.556.584,57 | -28,2 |
| 1984 | 1.430,03 | 202,51 | 455,93 | 2.088,46 | 2.498.962,13 | -41,7 | 353.880,12 | -39,3 | 796.726,61 | -52,7 | 3.649.568,87 | -44,3 |
| 1985 | 6.445,93 | 892,26 | 921,79 | 8.259,98 | 3.459.050,09 | 38,4 | 478.810,77 | 35,3 | 494.655,71 | -37,9 | 4.432.516,57 | 21,5 |
| 1986 | 16.770,72 | 9.914,16 | 3.310,89 | 29.815,77 | 3.714.898,77 | 7,4 | 2.196.096,09 | 358,7 | 733.397,56 | 48,3 | 6.604.520,44 | 49,0 |
| 1987 | 59.945,86 | 7.316,01 | 6.391,85 | 72.653,72 | 4.088.050,10 | 10,0 | 498.920,69 | -77,3 | 435.896,34 | -40,6 | 4.954.671,44 | -25,0 |
| 1988 ⁽²⁾ | 262.146,37 | 23.696,79 | 6.645,28 | 292.488,44 | 2.278.445,17 | -44,3 | 205.960,65 | -58,7 | 57.757,45 | -86,7 | 2.542.163,28 | -48,7 |

(1) Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

(2) Dados preliminares.

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir de dados do Banco Central do Brasil (5).

QUADRO 3. - Índices Anuais Médios de Paridade, Setor Agropecuário do Estado de São Paulo, 1979 a 1989⁽¹⁾

| Ano | Índice Geral de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo (IPR) | Índice Geral de Preços Pagos pela Agricultura Paulista (IPP) | Índice de Preços de Insumos Adquiridos Fora do Setor Agrícola (IPPF) | Índice de Paridade | |
|---------------------|--|--|--|--------------------|-----------------|
| | | | | IPR:IPP (x100) | IPR:IPPF (x100) |
| 1979 | 0,99 | 0,98 | 0,85 | 101,02 | 116,47 |
| 1980 | 1,96 | 2,01 | 1,86 | 97,51 | 105,38 |
| 1981 | 3,28 | 3,64 | 3,81 | 90,11 | 86,09 |
| 1982 | 5,53 | 6,21 | 6,97 | 89,05 | 79,34 |
| 1983 | 16,22 | 16,72 | 17,10 | 97,01 | 94,85 |
| 1984 | 54,09 | 53,03 | 50,16 | 102,00 | 107,83 |
| 1985 | 185,00 | 175,00 | 183,00 | 105,71 | 101,09 |
| 1986 | 587,00 | 472,00 | 431,00 | 124,36 | 136,19 |
| 1987 | 999,00 | 1.342,00 | 1.441,00 | 74,44 | 69,33 |
| 1988 | 8.019,00 | 8.969,00 | 9.825,00 | 84,15 | 81,62 |
| 1989 ⁽²⁾ | 40.430,00 | 39.990,00 | 40.274,00 | 101,10 | 100,39 |

⁽¹⁾ Base: janeiro 1985 = 100.

⁽²⁾ Média de janeiro a maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Agricultura em São Paulo, SP, 37(1):49-64, 1990.

QUADRO 4. - Financiamentos⁽¹⁾ Concedidos a Produtores e Cooperativas para Investimentos nas Atividades Agrícolas, por Modalidade, Estado de São Paulo, 1979-87

(continua)

| Modalidade | 1979 | | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|---------------------------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|--------------------|
| | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) |
| 1. Formação de Culturas Perenes | | | | | | | | | | |
| Café | 1.349 | 9.335,71 | 314 | 1.648,79 | 629 | 6.493,62 | 274 | 1.027,58 | 4 | 444,66 |
| Cana | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Laranja | 216 | 7.967,76 | 90 | 1.335,18 | 43 | 847,20 | 73 | 1.923,17 | 52 | 461,57 |
| Outras | 1.488 | 181.344,14 | 229 | 320.512,62 | 2.458 | 322.180,77 | 1.407 | 88.359,72 | 1.376 | 96.116,95 |
| Subtotal | 3.053 | 198.647,61 | 2.633 | 323.496,58 | 3.130 | 329.521,58 | 1.754 | 91.310,47 | 1.432 | 97.023,17 |
| 2. Melhoramento das Expl. Agrícolas | | | | | | | | | | |
| Adubação Intensiva do Solo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Correção Intensiva do Solo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Eletrificação Rural | 2.940 | 28.067,97 | 2.190 | 41.818,76 | 1.504 | 19.570,03 | 563 | 3.867,86 | 1.106 | 7.565,16 |
| Irrigação (constr./reform.) | 2.773 | 48.746,24 | 1.997 | 28.385,08 | 2.871 | 116.910,18 | 1.264 | 26.469,19 | 1.397 | 20.716,65 |
| Proteção do Solo | 211 | 2.646,95 | 132 | 1.852,40 | 125 | 13.343,39 | 71 | 18.106,72 | 178 | 1.691,99 |
| Outros | 5.865 | 104.249,10 | 4.580 | 99.202,11 | 3.099 | 73.973,06 | 7.426 | 114.127,04 | 2.286 | 27.622,50 |
| Subtotal | 11.789 | 183.710,25 | 8.899 | 171.258,94 | 7.599 | 223.796,66 | 9.324 | 162.570,52 | 4.967 | 57.596,14 |
| 3. Máquinas, Aparelh. e Implementos | | | | | | | | | | |
| Colheitadeiras Automotrizes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Implementos | 13.132 | 179.883,76 | 10.187 | 110.119,31 | 8.066 | 90.846,26 | 10.266 | 74.178,15 | 4.747 | 37.204,19 |
| Tratores | 13.670 | 385.658,94 | 9.652 | 238.048,78 | 5.736 | 137.536,98 | 7.402 | 117.941,72 | 4.484 | 72.439,46 |
| Outros | 994 | 12.842,74 | 885 | 10.436,85 | 595 | 6.486,93 | 508 | 2.912,12 | 307 | 2.063,12 |
| Subtotal | 27.796 | 578.384,27 | 20.724 | 358.604,94 | 14.397 | 234.869,89 | 18.176 | 195.032,00 | 9.538 | 111.706,77 |
| 4. Veículos na Agricultura | 2.631 | 105.987,99 | 1.673 | 96.744,14 | 931 | 68.372,62 | 1.333 | 39.875,47 | 1.505 | 34.859,66 |
| 5. Animais de Serv. na Agricultura | 299 | 912,74 | 468 | 1.294,81 | 657 | 1.698,30 | 823 | 1.782,19 | 364 | 583,09 |
| 6. Outras Aplic. de Invest. Agrícolas | 2.658 | 47.144,26 | 1.877 | 63.807,64 | 1.733 | 33.515,10 | 4.764 | 129.624,97 | 2.117 | 158.042,06 |
| Total | 48.226 | 1.114.787,12 | 36.274 | 1.015.206,46 | 28.447 | 891.773,88 | 36.174 | 620.195,47 | 19.923 | 459.810,85 |

⁽¹⁾ Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

Fonte: Banco Central do Brasil (4).

QUADRO 4. - Financiamentos⁽¹⁾ Concedidos a Produtores e Cooperativas para Investimentos nas Atividades Agrícolas, por Modalidade, Estado de São Paulo, 1979-87

(conclusão)

| Modalidade | 1984 | | 1985 | | 1986 | | 1987 | |
|--|---------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|
| | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) |
| 1. Formação de Culturas Perenes | | | | | | | | |
| Café | 3 | 20,80 | 1 | 21,47 | 8 | 296,80 | 4 | 594,06 |
| Cana | - | - | 887 | 112.759,63 | 526 | 142.574,85 | 306 | 69.828,22 |
| Laranja | 9 | 224,66 | 8 | 272,79 | 24 | 952,71 | 10 | 1.751,05 |
| Outras | 718 | 48.483,53 | 134 | 2.691,12 | 726 | 21.522,49 | 314 | 10.364,71 |
| Subtotal | 730 | 48.728,97 | 1.030 | 115.745,02 | 1.284 | 165.346,85 | 634 | 82.538,04 |
| 2. Melhoramento das Expl. Agrícolas | | | | | | | | |
| Adução Intensiva do Solo | - | - | 8 | 277,82 | 28 | 684,56 | 48 | 1.086,39 |
| Correção Intensiva do Solo | - | - | 1.135 | 7.664,29 | 1.588 | 11.273,16 | - | 11.667,34 |
| Eletrificação Rural | 694 | 4.370,50 | 586 | 4.999,78 | 3.315 | 34.814,84 | 449 | 4.327,11 |
| Irrigação (constr./reform.) | 1.013 | 14.520,02 | 1.374 | 82.093,30 | 6.369 | 183.632,29 | 1.434 | 41.069,55 |
| Proteção do Solo | 67 | 703,61 | 92 | 1.710,77 | 454 | 8.040,68 | 106 | 2.525,01 |
| Outros | 1.465 | 16.823,22 | 1.316 | 11.624,34 | 5.975 | 127.634,45 | 1.057 | 23.878,65 |
| Subtotal | 3.239 | 36.417,37 | 4.511 | 108.370,30 | 17.729 | 366.079,98 | 3.883 | 84.554,04 |
| 3. Máquinas, Aparelh. e Implementos | | | | | | | | |
| Colheitadeiras Automotrizes | - | - | 221 | 8.926,95 | 879 | 50.350,56 | 298 | 9.690,85 |
| Máquinas e Implementos | 3.436 | 31.426,60 | 4.995 | 24.822,92 | 17.733 | 115.268,84 | 3.680 | 23.139,54 |
| Tratores | 4.507 | 85.952,77 | 4.758 | 89.980,05 | 14.259 | 381.622,05 | 3.663 | 90.692,97 |
| Outros | 148 | 1.784,10 | 882 | 4.434,64 | 2.665 | 21.772,81 | 828 | 6.118,26 |
| Subtotal | 8.091 | 119.163,46 | 10.856 | 128.164,55 | 35.536 | 569.014,26 | 8.469 | 129.641,63 |
| 4. Veículos na Agricultura | 759 | 13.615,87 | 930 | 16.841,62 | 2.444 | 25.476,65 | 855 | 31.674,55 |
| 5. Animais de Serv. na Agricultura | 391 | 658,77 | 298 | 586,81 | 649 | 1.781,29 | 121 | 203,64 |
| 6. Outras Aplic. de Invest. Agrícolas | 1.692 | 85.867,27 | 208 | 30.371,78 | 1.784 | 56.377,30 | 449 | 8.683,69 |
| Total do Cred. de Invest. Agrícola | 14.902 | 304.626,47 | 17.883 | 400.080,06 | 59.426 | 1.184.076,33 | 14.411 | 337.295,58 |

⁽¹⁾ Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

Fonte: Banco Central do Brasil (4).

QUADRO 5. - Financiamentos⁽¹⁾ Concedidos a Produtores e Cooperativas para Investimentos na Atividade Pecuária, por Modalidade, Estado de São Paulo, 1979-87

(continua)

| Modalidade | 1979 | | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|--|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|
| | Valor | | Valor | | Valor | | Valor | | Valor | |
| | Número | (NCz\$1.000) |
| 1. Aquisição de Animais | | | | | | | | | | |
| Bovinos - Produção de Carne | 2.465 | 177.858,17 | 2.077 | 110.470,95 | 505 | 10.612,01 | 772 | 7.282,71 | 456 | 16.235,64 |
| Bovinos - Produção de Leite | 4.968 | 117.731,93 | 3.560 | 58.843,14 | 3.532 | 31.102,53 | 5.601 | 41.941,61 | 4.015 | 28.340,39 |
| Outros | 1.786 | 28.624,97 | 1.885 | 23.506,01 | 703 | 15.476,72 | 930 | 14.692,58 | 635 | 9.008,34 |
| Subtotal | 9.219 | 324.215,07 | 7.522 | 192.820,11 | 4.740 | 57.191,26 | 7.303 | 63.916,90 | 5.106 | 53.584,37 |
| 2. Melhoramento das Expl. Pecuárias | | | | | | | | | | |
| Adubação Intensiva do Solo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Correção Intensiva do Solo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Eletrificação Rural | 814 | 11.018,43 | 452 | 4.964,49 | 395 | 3.700,09 | 191 | 1.342,17 | 319 | 2.161,63 |
| Irrigação (constr./reform.) | 408 | 11.375,33 | 278 | 5.024,17 | 171 | 2.745,60 | 235 | 2.781,98 | 124 | 996,78 |
| Proteção do Solo | 78 | 1.455,71 | 60 | 1.263,80 | 32 | 536,47 | 35 | 362,62 | 38 | 307,84 |
| Outras | 7.651 | 288.913,05 | 4.287 | 103.084,18 | 2.645 | 51.690,87 | 4.547 | 65.334,47 | 2.334 | 27.680,47 |
| Subtotal | 8.951 | 312.761,34 | 5.077 | 114.336,65 | 3.243 | 58.673,02 | 5.008 | 69.821,24 | 2.815 | 31.146,72 |
| 3. Máq. Apar. e Equip. na Pecuária | | | | | | | | | | |
| Máq. e Instrum. de Explor. Pecuária | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Máquinas e Implementos | 1.462 | 24.291,79 | 801 | 8.459,82 | 445 | 4.011,38 | 1.074 | 6.901,27 | 343 | 1.639,91 |
| Tratores | 2.068 | 70.854,47 | 741 | 20.900,61 | 238 | 4.202,83 | 420 | 5.856,88 | 254 | 3.131,42 |
| Outros | 1.694 | 16.991,03 | 1.218 | 8.409,51 | 722 | 3.246,67 | 500 | 1.829,09 | 597 | 3.032,12 |
| Subtotal | 5.224 | 112.136,12 | 2.760 | 37.769,35 | 1.405 | 11.460,88 | 1.994 | 14.587,24 | 1.194 | 7.803,45 |
| 4. Veículos na Pecuária | 834 | 25.299,32 | 318 | 9.188,85 | 111 | 3.888,76 | 471 | 12.049,15 | 560 | 10.095,28 |
| 5. Animais de Serv. na Pecuária | 18 | 125,21 | 21 | 84,25 | 35 | 204,00 | 56 | 201,55 | 42 | 115,70 |
| 6. Outras Aplic. de Invest. na Pecuária | 1.145 | 65.965,45 | 800 | 17.931,86 | 475 | 12.955,18 | 432 | 7.530,88 | 328 | 20.544,33 |
| Total do Cred. de Invest. Pecuário | 25.391 | 840.502,51 | 16.498 | 372.130,48 | 10.009 | 144.372,82 | 15.264 | 168.106,96 | 10.045 | 123.289,81 |

⁽¹⁾ Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

Fonte: Banco Central do Brasil (4).

QUADRO 5. - Financiamentos⁽¹⁾ Concedidos a Produtores e Cooperativas para Investimentos na Atividade Pecuária, por Modalidade, Estado de São Paulo, 1979-87

(conclusão)

| Modalidade | 1984 | | 1985 | | 1986 | | 1987 | |
|---|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|---------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) | Número | Valor (NCz\$1.000) |
| 1. Aquisição de Animais | | | | | | | | |
| Bovinos - Produção de Carne | 358 | 10.294,56 | 328 | 10.247,94 | 4.873 | 274.224,05 | 419 | 31.175,04 |
| Bovinos - Produção de Leite | 1.695 | 11.690,50 | 1.602 | 14.488,15 | 11.228 | 364.626,12 | 1.123 | 27.977,39 |
| Outros | 310 | 3.664,95 | 713 | 10.510,52 | 2.369 | 55.253,54 | 600 | 15.094,22 |
| Subtotal | 2.363 | 25.650,01 | 2.643 | 35.246,61 | 18.470 | 694.103,71 | 2.142 | 74.246,65 |
| 2. Melhoramento das Expl. Pecuárias | | | | | | | | |
| Adução Intensiva do Solo | - | - | - | - | 10 | 181,82 | 4 | 36,05 |
| Correção Intensiva do Solo | - | - | 11 | 178,08 | 54 | 1.172,56 | 37 | 1.090,74 |
| Eletrificação Rural | 168 | 1.051,36 | 101 | 750,05 | 818 | 9.160,13 | 148 | 1.473,86 |
| Irrigação (constr./reform.) | 47 | 616,18 | 67 | 611,45 | 615 | 10.130,06 | 100 | 1.737,82 |
| Proteção do Solo | 3 | 8,86 | 5 | 146,99 | 88 | 1.589,51 | 19 | 699,92 |
| Outros | 945 | 11.675,50 | 1.117 | 21.411,27 | 8.980 | 221.245,26 | 1.589 | 54.876,52 |
| Subtotal | 1.163 | 13.351,93 | 1.301 | 23.097,84 | 10.565 | 243.479,35 | 1.897 | 59.914,92 |
| 3. Máq. Apar. e Equipamentos na Pecuária | | | | | | | | |
| Máq. e Instrum. de Explor. Pecuária | - | - | 129 | 1.272,83 | 653 | 5.532,72 | 180 | 1.664,92 |
| Máquinas e Implementos | 118 | 816,95 | 163 | 875,60 | 1.050 | 6.834,74 | 255 | 1.707,48 |
| Tratores | 164 | 2.818,31 | 154 | 3.574,15 | 840 | 24.165,76 | 274 | 6.203,20 |
| Outros | 228 | 1.755,99 | 52 | 335,45 | 254 | 3.656,07 | 72 | 496,79 |
| Subtotal | 510 | 5.391,25 | 498 | 6.058,04 | 2.797 | 40.189,29 | 781 | 10.072,39 |
| 4. Veículos na Pecuária | 149 | 3.239,45 | 139 | 2.743,07 | 348 | 11.475,30 | 195 | 6.624,40 |
| 5. Animais de Serv. na Pecuária | 12 | 28,54 | 20 | 88,91 | 64 | 205,79 | 8 | 30,01 |
| 6. Outras Aplic. de Invest. Pecuária | 103 | 1.592,46 | 84 | 11.496,25 | 463 | 22.565,92 | 177 | 10.736,74 |
| Total do Cred. de Invest. Pecuário | 4.300 | 49.253,65 | 4.685 | 78.730,71 | 32.707 | 1.012.019,76 | 5.200 | 161.625,11 |

⁽¹⁾ Dados corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base: março de 1986 = 100; a preços de julho de 1989.

Fonte: Banco Central do Brasil (4).

QUADRO 6. - Evolução da Produção e do Comércio de Tratores no Brasil, 1979-89

(em unidade)

| Item | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 ⁽¹⁾ |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------------|
| Cultivadores motorizados | | | | | | | | | | | |
| Produção | 6.062 | 6.896 | 4.548 | 5.364 | 3.213 | 2.595 | 3.300 | 7.128 | 4.313 | 2.026 | 1.662 |
| Vendas no mercado interno | 6.165 | 6.225 | 4.724 | 5.157 | 2.996 | 2.566 | 3.139 | 6.558 | 3.593 | 1.859 | 1.560 |
| Exportação | 193 | 337 | 179 | 59 | 103 | 213 | 259 | 467 | 641 | 357 | 175 |
| Total de vendas | 6.358 | 6.562 | 4.903 | 5.216 | 3.099 | 2.779 | 3.398 | 7.025 | 4.234 | 2.216 | 1.735 |
| Tratores de rodas | | | | | | | | | | | |
| Produção | 55.247 | 58.812 | 39.341 | 30.346 | 22.663 | 45.842 | 43.914 | 51.559 | 47.758 | 39.958 | 18.419 |
| Vendas no mercado interno | 49.523 | 50.994 | 28.104 | 24.662 | 22.546 | 41.952 | 41.243 | 46.388 | 39.802 | 30.613 | 16.742 |
| Exportação | 7.263 | 7.743 | 10.073 | 6.239 | 1.895 | 3.302 | 3.294 | 5.456 | 6.658 | 9.300 | 3.083 |
| Total de vendas | 56.786 | 58.737 | 38.177 | 30.901 | 24.441 | 45.254 | 44.537 | 51.844 | 46.460 | 39.913 | 19.825 |
| Tratores de esteiras | | | | | | | | | | | |
| Produção | 3.202 | 4.285 | 3.133 | 1.900 | 751 | 1.348 | 1.762 | 2.409 | 2.677 | 2.818 | 1.179 |
| Vendas no mercado interno | 3.140 | 3.753 | 2.393 | 1.503 | 877 | 1.198 | 1.600 | 2.245 | 2.010 | 1.452 | 959 |
| Exportação | 522 | 428 | 397 | 329 | 221 | 227 | 216 | 200 | 599 | 946 | 522 |
| Total de vendas | 3.662 | 4.181 | 2.790 | 1.832 | 1.098 | 1.425 | 1.816 | 2.445 | 2.609 | 2.398 | 1.481 |
| Total geral | | | | | | | | | | | |
| Produção | 64.511 | 69.993 | 47.022 | 37.610 | 26.627 | 49.785 | 48.976 | 61.096 | 54.748 | 44.802 | 21.260 |
| Vendas no mercado interno | 58.828 | 60.972 | 35.221 | 31.322 | 26.419 | 45.716 | 45.982 | 55.191 | 45.405 | 33.924 | 19.261 |
| Exportação | 7.978 | 8.508 | 10.649 | 6.627 | 2.219 | 3.742 | 3.769 | 6.123 | 7.898 | 10.603 | 3.780 |
| Total de vendas | 66.806 | 69.480 | 45.870 | 37.949 | 28.638 | 49.458 | 49.751 | 61.314 | 53.303 | 44.527 | 23.041 |

⁽¹⁾ Janeiro a julho.

Fonte: ANFAVEA (2).

mais homogênea, destacando-se as modalidades "máquinas e instrumentos de exploração pecuária" (-90%), e "aquisição de animais" e "melhoramento das explorações" (-80% cada).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dos programas de ajustes macroeconômicos, tem sido atribuída à agricultura brasileira a importante função de expandir sua oferta, visando atender os objetivos de controle inflacionário e de busca de superávit na balança comercial. Em se considerando os recordes anuais na produção de grãos obtidos na década de 80, pode-se afirmar que a despeito do fracasso dos sucessivos planos econômicos, o setor agrícola tem respondido de forma positiva.

A limitada participação da política agrícola no crescimento da produção agropecuária esteve ligada, fundamentalmente, ao instrumento crédito rural, que no período 1979-88, atuou no sentido de apoio às operações de custeio, contrariando os objetivos definidos quando de sua implantação, de promover a expansão da oferta acompanhada do desenvolvimento tecnológico, de acordo com uma visão de longo prazo.

Essa condução da política de crédito rural observada já em fins dos anos 70, conforme aqui analisado, decorreu de uma crise do modelo brasileiro de sustentação do crescimento econômico, que resultou na retirada progressiva do subsídio e na escassez de recursos. Isto é, adaptou-se o instrumento de crédito à nova situação econômica, priorizando-se as operações de curto prazo, ao invés de se repensar a política agrícola como um todo. Como resultado, foram penalizados os investimentos no setor, o que além de ter afetado o processo de modernização dificultou a manutenção dos níveis de capitalização atingidos, visto que mesmo em anos nos quais a agricultura apresentou capacidade de compra satisfatória, não se atingiram os patamares de investimentos realizados dos anos de maiores ofertas de recursos para crédito rural.

Tendo em vista as perspectivas de continuidade da atual situação de escassez de recursos considera-se que a política agrícola deveria ser conduzida através de linhas de atuação diferenciadas para o curto e o longo prazos.

Desse modo, no curto prazo, a condução *Agricultura em São Paulo*, SP, 37(1):49-64, 1990.

da política dar-se-ia basicamente no sentido da sustentação da renda via formação de preços, através da eliminação/redução dos mecanismos de controle de mercado e do estabelecimento de preços mínimos efetivos para um elenco de produtos de alimentação.

Evidentemente, esta sugestão implica na necessidade de adoção de políticas econômicas visando a recuperação da massa de salários, ainda que isto esteja fora do âmbito de política agrícola. Por outro lado, a grande massa dos recursos do crédito rural seria destinada, fundamentalmente às aplicações de longo prazo, financiando os investimentos ao nível da atividade produtiva. Nesse caso, sugere-se que a aplicação de recursos não mais seja pulverizada de modo indiscriminado, mas alocada através de programas específicos de acordo com prioridades pré-estabelecidas.

LITERATURA CITADA

1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO RURAL. Brasília, Banco Central do Brasil, 1986-1988.
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO. São Paulo, ANFAVEA, 1979-1987.
3. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de crédito rural. Brasília, 1985. 405p.
4. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.43, n.7, jul. 1989.
5. CRÉDITO RURAL: dados estatísticos. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979-1985.
6. MARQUES, Samira A. & PELLEGRINI, Rosa M.P. Nova base de comparação dos Índices de preços. *Informações Econômicas*, São Paulo, 18(9):33-53, set. 1988.
7. MENDONÇA DE BARROS, José R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, Alberto, coord. *Ensaio sobre política agrícola brasileira*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.9-36.

8. MENDONÇA DE BARROS, José R. & MELLO, Maria C.B. de. **A revolução de 1964 e a economia.** São Paulo, FEA/USP, 1984. 19p. (mimeo)
9. PROGNÓSTICO. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1979-1987. v.8-16.
10. PROGNÓSTICO AGRÍCOLA. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1988. v.1
11. RELATÓRIO ANUAL. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979-1988.
12. SANTIAGO, Maura M.D., coord. **Estatísticas agrícolas de preços no Estado de São Paulo.** São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1988. 2v.